

Analistas começam a rever previsões

GAZETA MERCANTIL

Edição Pública

05 MAR 1998

Adriana Lopes Arai
de São Paulo

O péssimo resultado das contas do setor público em 1997, divulgado na semana passada, está levando os economistas a revisar suas projeções para este ano, que estavam muito otimistas. O consenso é que deve haver pouca melhora no resultado em 1998, apesar da implementação de um pacote fiscal equivalente a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Para os especialistas, o que o governo ganhar com o ajuste será suficiente apenas para conter a deterioração das contas e melhorar o resultado primário, porque este não inclui as despesas financeiras com a dívida pública. A previsão é que o setor público feche 1998 com um superávit primário de 0,5% do PIB. No conceito nominal, o resultado deve parecer com o de 1997, que foi de 5,89% do PIB. "A melhora é modesta frente ao valor do pacote fiscal", avalia Marcelo Allain, economista do banco BMC.

O elevado serviço da dívida, os gastos da Previdência e o uso de recursos da privatização para cobrir gastos não-financeiros e abater dívidas estaduais não registradas no Banco Central antes da quitação vão pressionar novamente o resultado do setor público. "Os estados ainda acumulam muitas dívidas e grande parte dos R\$ 11 bilhões que as privatizações vão proporcionar neste ano serão usados para quitá-las", diz Raul Velloso, especialista em finanças públicas.

Allain, do BMC, lembra que a União tem "esqueletos" que podem vir à tona com as privatizações de estatais federais como a Telebrás. Alguns são conhecidos, como o Fundo de Compensação para Variações Salariais (FCVS). Por isso, ele acredita que o saldo líquido das privatizações neste ano, que devem render US\$ 38 bilhões, será de R\$ 25 bilhões.

Para Felipe de Holanda, economista do Citibank, só haverá mudança qualitativa nos resultados das contas

públicas quando os juros abaixarem e o governo conseguir instrumentos para conter os gastos previdenciários e com pessoal, que resumem-se em grande parte nas reformas tramitando no Congresso. "Melhora mesmo, só a partir de 1999", acredita.